

Nova licença móvel deve ser capaz de promover concorrência”

Especialista em direito das *telecoms* apela ao lançamento da terceira licença até ao próximo ano, para que o mercado seja mais competitivo. Entrega da licença à Angola Telecom criaria interesse de grandes investidores na sua privatização.

DAVID RODRIGUES

O mercado das telecomunicações angolano precisa de instrumentos de regulação que lhe permitam tornar-se mais concorrencial, defende Octávio Castelo Paulo, advogado especialista em *telecoms*. Em entrevista ao *Expansão*, o jurista luso-angolano do escritório SRS Advogados, de Lisboa – parceiro de Luís Martinho Lunga, da LML Advogados, de Luanda – disse acreditar que o lançamento da terceira rede móvel será uma oportunidade para as empresas competirem melhor entre si.

A legislação angolana do sector das *telecoms*, que data de 2011, é “avançada e sofisticada”, mas faltam alguns regulamentos, explica, aludindo, por exemplo, às regras de portabilidade (que permite mudar de operador móvel mantendo o número de telefone) ou ao quadro que define o espectro radioelétrico e sua utilização.

“São matérias que estão a ser trabalhadas pelo regulador do sector, que está bem preparado para os desafios, apesar de precisar de mais quadros capacitados”, diz o advogado, que participou recentemente em Luanda numa conferência que juntou os reguladores lusófonos das telecomunicações, organizada pela AICEP – Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa.

Para Octávio Paulo, o mercado das comunicações móveis em Angola é “interessante”, com receitas médias (ARPU) por clientes “altas” e um “elevado potencial de crescimento”. Nesta altura lembra, há apenas



duas operadoras “algo desequilibradas”, situação que poderia melhorar com o lançamento da licença para a terceira operadora móvel. “Mesmo que ambas concorram com abertura, num mercado onde só há dois operadores não é difícil haver algum alinhamento”, afirma, referindo-se à Unitel, que terá cerca de 70% do mercado, e à Movicel, que disputa a fatia restante.

“A licença que venha a ser emitida tem de promover a concorrência”, defende o jurista, explicando que isso implica que regule, por exemplo, “mecanismos de *roaming*, de interligação e de acesso às redes já existentes, para que a concorrência possa iniciar-se rapidamente” sem que novo operador tenha de construir uma rede nova de raiz.



Octávio Castelo Paulo
Advogado

“A nova licença tem de ser bem desenhada para garantir que há mercado”

Havendo condições de concorrência, “é possível que o mercado seja alvo da atenção de investidores internacionais”.

Um dos modelos que têm sido referenciados, recorda, passa pela atribuição à Angola Telecom da terceira licença e posterior privatização da empresa. “A Angola Telecom tem activos interessantes. Além da rede fixa, está no cabo submarino e tem participações noutras empresas de telecomunicações”, afirma.

Num cenário em que a nova licença móvel seja entregue a esta operadora – que tem tido dificuldade em rentabilizar os investimentos na rede fixa, de reduzida dimensão e por isso pouco utilizada (ver texto em baixo) –, contudo, teriam de ser feitas algumas alterações.

A Angola Telecom não deveria, por exemplo, poder manter-se na Movicel, onde terá 20%, e a rede fixa teria de ser alvo de “forte regulação”, porque a empresa passaria a competir com os operadores móveis, que estão em desvantagem neste caso. “Os concorrentes da Angola Telecom teriam de poder também aceder à rede fixa”, argumenta.

O lançamento da terceira licença móvel é um tema que está em cima da mesa há alguns anos, e a Angola Telecom já manifestou o desejo de entrar neste negócio, que tem crescido muito acima da rede fixa. Em Janeiro passado, recorde-se, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, anunciou que o Governo poderia liberalizar este ano o sector dos serviços, o que poderá criar novos actores nas *telecoms*.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Reestruturação da Angola Telecom na agenda

A privatização de empresas do sector empresarial público está prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que, contudo, não indica em que sectores o Estado deverá reduzir a sua participação, ou sair, deixando os privados ao ‘comando’.

No entanto, o PND – que prevê a reestruturação da Angola Telecom – refere a necessidade de “assegurar a expansão de qualidade das infra-estruturas de suporte de servi-

ços de informação e comunicação em todas as regiões do País a preços acessíveis”.

Em 2012, ano de base para as projecções do PND, a taxa de teledifusão fixa era de apenas 0,89%. O País tinha 552,8 mil linhas fixas instaladas, mas apenas 169,9 mil estavam ligadas. Até 2017, o Governo quer que a taxa de teledifusão fixa atinja 1,86% e aposta sobretudo em ligar as linhas já existentes (a meta é ter 413,3 mil).

Já em relação à rede móvel,

o panorama é diferente. Em 2012, segundo o PND, havia cerca de 12,46 milhões de utilizadores da rede móvel. Este ano, as projecções do Executivo apontam para a existência de 13,43 milhões de utilizadores, indicador que deverá atingir os 14,761 milhões em 2017.

Também a utilização da *internet* deverá assistir a fortes crescimentos nos próximos anos. Em 2012 havia, de acordo com o documento, 2,220 milhões de utilizadores. Em

Reestruturação de empresas públicas está prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento

2013, este número terá aumentado em 500 mil, estando previsto que este ano chegue aos 3,24 milhões. Em 2017, o PND aponta para a existência de cerca de 5,6 milhões de utilizadores de *internet*.

O documento indica que a taxa de acesso à *internet* deverá atingir os 2,5% em 2017, partindo de 0,3% em 2010/2011. No ano passado as projecções apontam para uma taxa de acesso de 0,7% e, este ano, de 1%.

D.R.